

## O FIM “MELANCÓLICO” DA “REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE” (1922-1930)

## EL FIN “MELANCÓLICO” DE LA “REPÚBLICA DEL CAFÉ CON LECHE” (1922-1930)

*Jadson da Silva Bernardo<sup>1</sup>*

### RESUMO

Pretende-se com esta pesquisa empreender um estudo sobre as consequências que levaram a deposição de Washington Luís, estourando a Revolução de 1930, compreendendo o processo a partir de um estudo que teve a preocupação de levantar a partir da pesquisa bibliográfica e pautando nos arquivos de jornais fornecidos pelo site da Biblioteca Nacional, o fim do domínio de um grupo político determinado que comandasse o país por longo período, em meio a crises econômicas, políticas e sociais, que aos poucos fora fragilizando o sistema oligárquico, tendo seu ponto culminante, no questionamento das eleições em 1929 pelo grupo da Aliança Liberal e seus aliados, o que levou grupos que estavam insatisfeitos a agir contra o governo e impedir a continuação do poder nas mãos da oligarquia cafeeira que ficou conhecida por: “Primeira República, ou ‘carinhosamente, República do café com Leite””.

**PALAVRAS-CHAVE:** República; Café com Leite; Oligarquia; Exército.

### RESUMÉN

Pretende con esta pesquisa emprender un estudio sobre las consecuencias que llevaron la deposición de Washington Luís, esturando la Revolución de 1930, contenerse el proceso a partir de un estudio que tuvo la preocupación de levantar a partir de la pesquisa bibliográfica y pautándose en los artículos de periódicos facilitados por el site de la Biblioteca Nacional, el fin de dominio de un grupo político determinado que mandara en el país por largo período, en medio a crises económicas, políticas y sociales, que poco a poco fueran fragilizando el sistema oligárquico que tuvo su punto culminante, el cuestionamiento de las elecciones que llevó grupos que están insatisfechos a actuar contra el gobierno y que eviten la continuación del poder en las manos de la oligarquía cafeitera que ficho conocida por: “La ‘Primera República’ o ‘carinhosamente República del Café con Leche””.

**PALABRAS-LLAVE:** República; Café con Leche; Oligarquía; Ejército.

---

<sup>1</sup> Bacharel em História (UFAC); acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre e bolsista PIBIC/CNPQ pela Universidade Federal do Acre. E-mail: [jspbernardo@hotmail.com](mailto:jspbernardo@hotmail.com).

### INTRODUÇÃO

A História da República no Brasil é marcada nas análises políticas por momentos de efervescência para com as disputas pelo poder. Na Proclamação da República, coexistiam diversas correntes ideológicas do que seria constituir uma República no Brasil. Os grupos que tornaram hegemônicos do movimento da Proclamação se dividiram em verdadeiros “mitos” sobre a origem de cada um, tentando heroicizar seus “mártires” da República.

O primeiro grupo que comandou o país - os militares, liderados segundo os autores, por Marechal Deodoro da Fonseca, conduziu o movimento republicano sem sequer saber o que era uma República, tendo-o objetivo de “salvar o exército” e exigindo uma participação que a alta autarquia ainda não detinha.

O segundo momento foi marcado por uma hegemonia dos civis, principalmente, a ala dos cafeicultores que comandariam o país em diversas oportunidades, criando uma oligarquia com apoio de Minas Gerais para alternar-se no poder, enfrentando-o em todo o domínio, crises internas e externas de cunho econômico e social.

Tais hegemonias apresentavam-se como a maior aliada à própria constituição federal de 1891, visando facilitar o domínio oligárquico a partir da estratégia eleitoral, defendendo a autonomia dos Estados, que tendiam a denominá-los como a política dos Governadores e criando estratégias para arrolar apoios das elites dominantes – grandes proprietários de terras, como os cafeicultores, até o último escalão do poder.

E nas eleições, para haver uma legitimação sobre uma vitória, deveria ter um reconhecimento entre o partido não vencedor, primando pela participação política direta – mais conhecido, quanto às nomeações a cargos importantes no alto escalão: “migalhas do poder”.

A proposta para o referido artigo tem quanto temática: **O fim “melancólico” da República do Café com leite (1922-1930)** enfocando o aspecto que levou ao fim do domínio oligárquico da denominada Primeira República e como problemática de Estudo: a compreensão do processo que levou ao fim da Oligarquia paulista no centro do poder – o executivo – levando como ênfase, os momentos finais e melancólicos do último presidente deste período Washington Luís. E até que ponto os grupos dominados pelo PRP (Partido Republicano Paulista) e PRM (Partido Republicano Mineiro) comandaram o Brasil.

O objetivo Geral da pesquisa é compreender o processo que levaria ao fim da Oligarquia paulista até a saída “melancólica” de Washington Luís do Catete. Observando que, a crise tem início muito antes das eleições de 1930, sempre contornado em épocas de eleições presidências através das principais forças políticas do país.

A metodologia permeada para a pesquisa seguiu-se por obras como de Boris Fausto (1985), que fez uma análise sobre os eventos da crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930, observando outras fontes intermediárias, bem como, a busca a partir do site da Biblioteca Nacional ([memória.bn.br](http://memoria.bn.br)) de Jornais que relataram o momento que sucedeu a deposição de Washington Luís, procurando o entendimento da mudança de uma elite que requer por via militar, perpetuar-se em um novo grupo oligárquico com ideias que permeiam para além das questões agrícolas. E ainda, alguns artigos de trabalho que tratam deste período.

Nesta perspectiva apresentar-se-ia uma sucinta análise sobre estes episódios relatados pelos jornais da época que deram forte ênfase a Revolução e que deixaram o momento da deposição em segundo plano, até mesmo na própria historiografia, que não deixa de ser consequência, mas, destaca um governo que pela fragilidade encontrada antes, acaba por ruir.

### 1 UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A 1ª REPÚBLICA

A denominação, 1ª República ou “República do Café com leite”, são designações que surgem após os movimentos da Revolução de 1930 que acabou derrubando os grupos hegemônicos paulistas e iniciando-se outro processo da História do Brasil. As mudanças que ocorreram no Brasil, em vários períodos históricos se afirmaram originalmente de forças de cima para baixo estando à população sempre a margem das mudanças. (FAUSTO 1985; SKIDMORE 1982).

A primeira República temporalmente é marcada a partir da “Proclamação da República” em 1889, chegando ao fim da Monarquia Constitucional (1822-1889), que ficou conhecido quanto o 1º Reinado e o 2º Reinado da família de Bragança no Brasil, conduzido por D. Pedro I e D. Pedro II<sup>2</sup>. Nos primeiros anos de República no Brasil, o poder ficou nas mãos dos militares, afirmando-se os “salvadores da pátria”, algo predominantes nos vários eventos históricos – à própria Revolução de 1930 e o Golpe civil-militar de 1964<sup>3</sup>. (COSTA, 1999).

Entretanto, a primeira República marcou o domínio hegemônico de um grupo que emergiu antes mesmo da Proclamação, os grandes proprietários de café, fundando em 1873 o PRP (Partido Republicano Paulista), formado pela elite cafeeira, maioria civil, comandando o Brasil em 1894 com a eleição de Prudente de Moraes (1894-1898). (LINHARES, 1990). Logo, o Brasil republicano foi marcado sempre pelo autoritarismo, objetivado em reter os direitos dos

<sup>2</sup> Entre os dois reinados, o comando do Brasil foi conduzido por Regentes até que D. Pedro II chegasse – forçando a diminuir a maior idade – a idade considerada hábil a acender ao trono (14 anos). (GRINBERG; SALLES, 2010).

<sup>3</sup> Assinalando que a denominação nos episódios de 1964 é variada, a partir da análise e visão de mundo das instituições da sociedade e da própria História. Ver mais em: SKIDMORE, 1982.

cidadãos que praticamente não existia para a grande maioria da população em todo este período e que perpassaria até os anos 1930.

A Política brasileira na virada do século XIX e início do XX foi caracterizada pela “política dos governadores” que atuaram em todo período republicano até 1930 pelo menos nos discursos. A Constituição de 1891 tinha o objetivo político moldado no modelo estadunidense de República, procurando eliminar o centralismo instaurado na monarquia brasileira e deixando uma borda de ação dos Estados. Porém, deixou uma margem de autonomia para o governo federal poder intervir quando necessário.

E com estas disposições na própria constituição, deram oportunidades de estabelecer um controle político aos Estados, onde predominasse a maior proporcionalidade demográfica, possibilitando uma perpetuação de grupos políticos. Segundo afirma, Regina Davalle:

A inclusão do sufrágio universal e do sistema de representação proporcional, por sua vez, tornaram possível a predominância dos Estados mais fortes economicamente – São Paulo e Minas Gerais – dando origem àquilo que ficou conhecido como política do café-com-leite a partir do arranjo institucional introduzido, posteriormente, por Campos Sales. (DAVALLE, 2003, p.228).

Percebe-se que, a constituição de 1891 deixou a população bestializada, compreendendo que a República pouco mudaria, pois, as mutações que foram realizadas vieram de cima e para o estabelecimento de um novo controle na política nacional. Neste caso, a proporcionalidade pela maioria dos votos consolidou um domínio baseado no controle econômico e demográfico. Assinalando que o econômico teria maior peso, porque, a população apta ao voto, logicamente pelo próprio regulamento do voto, não secreto, faria que o vencedor fosse aquele que tivesse as alianças alicerçadas desde o presidente ao grande proprietário.

A política dos governadores pendurou toda a 1ª República, o que perfaz haver máquinas de controle, principalmente em períodos eleitorais quando as alianças traçadas entre governadores e demais polos decidiam o vencedor das eleições. Os resultados dependiam das alianças das principais forças de São Paulo e Minas Gerais que se alternaram no poder, com legitimação do Rio Grande do Sul que se dividia entre facções, a exemplo do exército.

A relação do poder central e local é tenso, o que determinava a queda de diversos presidentes de Estado. A governabilidade fora dada pelas cidades maiores e que comportavam maior solidificação. As oligarquias políticas que estiveram no entorno do presidente de plantão, teriam somente benefícios a partir de afinidades, estabelecendo um verdadeiro jogo de grupos políticos que disputavam o poder, o que provocava o governo central, em muitos casos, a intervir.

O sistema pautado na Oligarquia cafeeira teve “estabilidade”<sup>4</sup> no poder pelo menos até 1918, momentos que alternaram a volta de um militar no poder, o Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Mas, em 1918 os sinais de crise, segundo Boris Fausto (1985), estavam constituindo-se, propriamente, com vários acontecimentos após 1918 que afetaram diretamente a disputa pelo poder da República: brigas pautadas pelas elites políticas que utilizaram em vários momentos de fragilidades do próprio sistema para alternar-se ao poder. Todavia, como já se sabe, o poder político estava monopolizado em dois Estados: São Paulo e Minas Gerais, apontando que o Rio Grande do Sul influenciou, principalmente no apoio militar, por tratar-se de um Estado fronteiriço.

Segundo o autor, a crise que originaria no poder da República se daria por dois aspectos: Primeiro, o descontentamento de grupos ligados ao Exército; segundo a insatisfação de grupos urbanos, no caso, associados à classe média em que o sistema oligárquico não conseguiu incorporar no bojo do poder. A “Classe Média” é muito distinta, mas, neste período da primeira República são enfocadas as elites urbanas de São Paulo e Rio de Janeiro (capital). Já o descontentamento militar perpassou por variados períodos pós-1918, sendo que, o exército se colocou como o grupo político que ganhou espaço na República. Os militares definiam-se enquanto corpo, guardiões e construtores da República.

A República Velha para os militares foi definida e formada por “corruptos”, culpando os civis que traçaram um caminho negativo e consolidando o jogo político monopolista entre duas cidades e uma terceira que estava dividida de acordo com as alianças firmadas. Neste caso, os militares não estariam no primeiro plano e as insatisfações das facções militares eram colocadas em variadas Revoltas incentivando-os e inflamando em dado momento o “povo” – de maneira geral – para rebelar-se contra o governo afim de fragilizá-lo. Ainda assim, dentro das próprias Forças Armadas existiam divisões entre facções sejam aliadas ou não do governo central.

Em algumas análises é possível afiançar que o exército compartilhou a visão gaúcha e em grande medida uma fração da ordem institucional, não vendo com bons olhos o modelo agroexportador. O modelo deveria ser superado partindo para outras ideias que não seja somente o mundo rural, pregando transformações bem mais significativas. Apesar de que, o modelo aprofundou as desigualdades regionais que privilegiam somente os dois estados, que comanda tanto a vida política quanto a econômica. Ou seja, existiu no bojo uma divisão militar da ordem vigente e a volta dos militares no poder apregoando ideias de um governo positivista.

---

<sup>4</sup> Porém, houve em alguns momentos da Primeira República instabilidade política, marcadas por convulsões sociais ou criadas por grupos oposicionistas baseados em revoltas em várias partes do país, por exemplo, a Revolta da Vacina (1904), fragilizando os poderes dominados por estes grupos hegemônicos. Não é o foco da pesquisa, mas, somente colocado como reflexos do próprio sistema. (MENESES, 1996; SANTUCCI, 2008).

No ano de 1910 o exército volta ao poder, pois, teria um candidato ao cargo majoritário à presidência da República. Porém, quando o Marechal Hermes da Fonseca assumiu, observou que estaria pisando em um ambiente distinto de 1889. Uma capital que havia se transformado, fruto do aparecimento da industrialização e urbanização, fazendo parte da perspectiva de modernização da cidade do Rio de Janeiro, cidade-modelo no continente latino-americano. É neste período que eclodiu as revoltas dentro da facção militar, tornando-se justificada pela falta de pulso firmes na busca de salvar-se das convulsões sociais.

Durante toda a década de 1910 existiu um relativo apaziguamento das tensões, voltando a reaparecer em 1922, agravando-se profundamente, o que envolveria mais uma disputa eleitoral entre Nilo Peçanha (Reação Republicana) apoiado pelos estados do Rio Grande do Sul; Bahia; Pernambuco e Rio de Janeiro versus Artur Bernardes (PRM) apoiado por Minas Gerais e São Paulo. Percebe-se que, a 1ª República iniciou dentro de uma disputa intensa pela hegemonia de grupos determinados para o poder. A população estivera à margem do sistema, suscitado pela própria Constituição Federal que reduzia ao máximo o direito político aos seus cidadãos, marcado por pensamentos ideológicos pautados no autoritarismo e um domínio de um grupo oligarca que permaneceu no poder em meio as crises políticas. Mas, permaneceu sempre dentro de um esquema moldado e legitimados entre os grupos oligarcas, seja a situação ou a oposição, que vão travar a partir da década de 1920 disputas mais intensas que gerariam uma “Revolução” e substituição de domínios – que crise é esta? E até que ponto os grupos dominados pelo PRP e PRM comandaram o Brasil?

## 2 SEGUNDA ONDA DA CRISE: “O PRINCÍPIO DO FIM”?

A crise sucedida no início do século XX fora provocado pelas alas militares, principalmente, os mais ortodoxos que viam o governo civil fragilizado pelas diversas revoltas. Ao mesmo tempo, incentivou revolta, como o da Vacina (1904), na capital federal, Rio de Janeiro e Chibata em 1910. As tensões se apaziguaram até 1922, quando seria o ano de pleito eleitoral. Em consequência, os grupos se organizavam para a disputa presidencial, envolvendo dois civis: Nilo Peçanha (Reação Republicana) e Artur Bernardes (PRM). Nilo Peçanha obtivera o apoio dos Estados do Rio Grande do Sul; Bahia; Pernambuco e Rio de Janeiro. Artur Bernardes, pela situação, o apoio de São Paulo e Minas Gerais. Artur Bernardes tem ao seu lado as principais forças econômicas e políticas, o que seria quase certo uma vitória sobre Nilo Peçanha, porque o Rio de Janeiro apesar de ser a capital, não detinha uma forte influência na escolha para presidente.



Nilo Peçanha quanto à marca na campanha, lançou um forte ataque ao imperialismo dos dois estados hegemônicos no poder central, levantando o enfrentamento entre as unidades da federação. Uma questão que estava em descompasso. Peçanha bateu fortemente contra a valorização do café no mercado, em que o governo estava dando incentivos fiscais para o alavancamento da produção, propriamente a evitar uma queda brusca de preço e competição. Neste caso, existia uma valorização artificial do café que beneficiaria a elite cafeeira.

Porém, a máquina eleitoral, manipulada pela constituição de 1891, que tende a escolha de um eleitorado mínimo, escolheu Artur Bernardes. Ao mesmo instante, coexistiu uma decomposição das bases derrotadas que reconheceu a derrota para legitimar o próprio pleito, fazendo parte do próprio sistema. Segundo Ferreira e Pinto:

[...] base de sustentação a própria plataforma do movimento que incluía a crítica ao imperialismo dos grandes estados, sobretudo no que dizia respeito aos processos de escolha do candidato à presidência e à influência exercida na constituição das bancadas dos estados mais fracos, a regeneração dos costumes políticos, a diversificação da agricultura, o desenvolvimento da produção de alimentos, além da conversibilidade da moeda e a adoção dos orçamentos equilibrados no plano financeiro. (FERREIRA; PINTO, 2006, p.8).

A busca de desestabilizar o centro do poder político, no caso, São Paulo e Minas Gerais, era somente momentânea. Os próprios opositores queriam garantir seu lugar no poder, mesmo que sejam as migalhas do poder público, como José Murílio de Carvalho, denominou como “Estadania”: a plena dependência dos “cidadãos” ao Estado. O nascimento da própria República levou em ênfase: “*A inserção de todos eles na política se dava pela porta do Estado do que pela afirmação de um direito cidadão*” (CARVALHO, 2003, p.29), buscando garantir seu espaço na máquina pública que somente se perpetrava a cargos majoritários em períodos eleitorais até por está no bojo da política oligarca.

Todavia, Bernardes conseguiu cumprir seu mandato, mas, no período de quatro anos sentiria plena fragilidade política, porque surgiu movimentos contrários o sistema vigente, principalmente com revoltas e a constituição do movimento Tenentista ainda em 1922. O movimento Tenentista nasceu produzindo, segundo Fausto, uma “inflexão”, pois, o tempo que pendurou ofereceu o movimento uma possibilidade de alterar-se a ordem oligárquica. Um movimento de cunho heterogêneo que tem como principal traço, a criação de uma esquerda, mas, também com elementos da direita que voltaria em cena na famosa “Revolução” de 30.

Os grupos tenentistas adquiriram uma faceta paradoxal já no próprio contexto do movimento, bem como na Revolução, onde não havia um objetivo comum e direto, pois, tanto o grupo a direita e a esquerda (Tenentismo de Prestes) do militarismo apresentou-se como

purificadores da Nação, apropriando-se do próprio discurso que usaria nas intervenções de Estado seguintes em 1964 e 1968, através dos atos institucionais. Entretanto, os movimentos não tinham uma homogeneidade de pensamento, surgindo quanto alicerces, grupos de direita e da esquerda.

O objetivo no primeiro momento da referida “esquerda” tenentistas liderada por Prestes é romper com as oligarquias, através da tentativa da mobilização sertaneja. Ainda não aderira aos postulados comunistas. Todavia, ninguém ou quase nenhuma seguiu tais insígnias ideológicas. A outra linha do movimento é liderada por Juarez Távora, nomeado a cargos importantes e ligado a uma linha conservadora, representando o grupo da alta hierarquia. Ou seja, quanto maior o posto, a tendência ideológica seria conservadora dentro de uma transformação mínima da ordem. O movimento tinha plena dificuldade de definição de uma ideologia. Pregava o que hoje é visto como Xenofobia (o modo estrangeiro) e o discurso nacionalista. Uma visão antipolítica, a visão não partidária, estando acima do partido, sendo possível observar o traço autoritário e elitista, seja a posição e origem social (a classe média), buscando transformações radicais. Segundo Fausto, a insatisfação e crítica estavam na: *“(…) defesa da maior centralização do Estado, da uniformização legislativa de acordo com o modelo federal, os seus ataques à ‘feudalização do Brasil’ têm como alvo implícito, e às vezes explícito, a oligarquia paulista”* (FAUSTO, 1985, p.412), buscando o fim da oligarquia paulista, mas, a continuação de um governo autoritário, central e que a constituição tivesse base, a federal. Destacando que em São Paulo, os militares estavam distantes do poder paulista, dominados por Prudente de Moraes, em nome do controle do poder nas mãos dos civis que estavam em âmbito nacional em questionamento a oligarquia e não o poder republicano, vendo como alternativa a busca de controle “absoluto” sobre os Estados sem um privilégio de grupos rurais específicos e fortes contra as convulsões sociais.

O governo de Artur Bernardes, segundo Boris (1985), governou em meio a crises financeiras, ao questionamento de grupos militares e da camada mediana da sociedade urbana que requeriam o fim da monopolização do poder nas mãos dos conservadores. Bernardes para conseguir concluir o mandato, adotando como saída constitucional, o Estado de Sítio, governando através de decretos.

Para o autor, a insatisfação popular nesta década é proporcionada por crises no sistema financeiro que eclodia e acertava a estes grupos diretamente, por exemplo, as exportações de café que caíram de 13 milhões de sacas, para menos de 12 milhões representando uma quantia de 53 milhões de libras por média, o que teve consequência anos depois. Também os governos que não agradaram a ninguém sejam no Nordeste pelos problemas da seca ou no Centro-Sul com a monopolização do poder, sempre associados ao poder político a São Paulo.



Desta maneira, chegou o ano de 1926, e o nome cotado para substituir o atual governo seria a de Washington Luís, que pelo sistema seria eleito tranquilamente, pois:

Passados os momentos mais agudos da crise, a recomposição do pacto oligárquico parecia completa, reinaugurando um novo momento de estabilidade. Essa possibilidade, entretanto, se mostrou pouco duradoura, e no final da década uma nova cisão intraoligárquica se manifestaria fortemente fazendo eclodir a Revolução de 30. (FERREIRA; PINTO, 2006, p.14).

Percebe-se, nas eleições gerais, os grupos retornariam aos seus antigos postos para se manter-se no poder, recompondo a “paz”. Assinalando que, seria o último momento de domínio paulista no comando da oligarquia cafeeira que penduraria pouco tempo à tranquilidade das elites paulistas. E é no governo de W. Luís, que apareceu uma figura que marcaria o fim da denominada 1ª. República, Getúlio Vargas, que assumiu a pasta do ministério da Fazenda, rompendo em pouco tempo para tornar-se Presidente do Rio Grande do Sul. E voltaria a atuar em esfera federal para candidatar-se a eleição em 1930, momento que marcaria a chamada “Revolução” e a queda de Washington Luís como o último presidente da República do “*Café com Leite*”.

### 3 O “PURGATÓRIO DE LUÍS”: A EXPLOSÃO DA “REVOLUÇÃO”

As eleições presidenciais diretas de 1930 marcaria o último processo eleitoral em voga na 1ª República e dos próximos quinze anos. As forças oligarcas de São Paulo voltam a reunir com Minas na tentativa de negociar um nome a presidência. Porém, as negociações fracassaram, pois, Washington Luís, mantém a ideia de um nome de domínio do PRP para as eleições. Neste caso, o eleito para a vaga fora Júlio Prestes.

A crise política só aumentaria. Em São Paulo insurgiu uma oposição, que de certa forma, contrapõe a continuação do monopólio ruralista. A fundação do PD (Partido Democrático) que tem remanescentes do próprio PRP tende uma oposição, requereu dividir o controle do poder: o partido é de origem urbana.

O PD não tivera um candidato majoritário, mas aliou-se com outro partido regionalista, a AL (Aliança Liberal), partido novo com ideias velhas, que com apoio das oligarquias mineiras lançariam o nome de Getúlio Dornelles Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul, para concorrer à vaga de presidente do Brasil, pautado em encarar a velha oligarquia via eleitoral.

O resultado das eleições não seria nenhuma novidade, já que mesmo com a divisão em São Paulo e a oposição de Minas, o nome do candidato da situação venceria as eleições com

pequena margem perante Vargas. Entretanto, surgiu uma “nova notícia” após as eleições. Os partidários da Aliança Liberal questionaram o resultado das eleições, apesar de vencerem no Rio de Janeiro e em alguns lugares de São Paulo que tinha o maior peso eleitoral – a vitória ficou para Júlio Prestes (PRP).

Os próximos meses seriam decisivos para a posse de Júlio Prestes, pois a acusação da fraude eleitoral ocorreu um dia após as eleições, dentro do processo de apuração.

Os meses perpassaram, mas não a questão da fraude. A Aliança Liberal apelando o resultado, colocou em xeque o processo eleitoral, criando uma situação de conflitos e estratégias de grupos para irromper movimentos “revolucionários” contra uma possível posse. A situação obrigou o governo de Washington Luís a decretar “estado de sítio” em Estados diversos como Pernambuco, Espírito Santo, Paraíba e Rio Grande do Sul.

Jornais governistas divulgaram os decretos na íntegra do presidente justificando os atos como imprescindíveis ao “valor constitucional” e a própria validade das eleições. E apontaram os grupos como subversivos à ordem, invadindo a região na busca de desestruturar o poder.

Outros jornais tendem ao lado da “Revolução” que eclodiu em vários Estados indo em direção ao Rio de Janeiro. No dia 24 de janeiro de 1930, os interventores via Forças Armadas chegaram a capital saudados pelos jornais que dão ênfase principal, a heroicização dos sujeitos que realizaram a “Revolução”. O golpe fatal se daria com a deposição de Washington Luís.

Em edição “extraordinária”, o Jornal “*Correio da Manhã*” publicou em letras graúdas o “*Triunfo da Revolução*” das forças militares que tinham apoio de participantes do movimento tenentistas, que intimam o presidente a deixar o seu cargo livre ao grupo militar. Assinado a carta de intimação pelos Generais Mena Barreto; José Fernando; Firmino A. Borba e Pantaleão T. Ferreira, determinam que Luís, tinha cerca de trinta minutos para deixar a presidência “livre e desimpedida” para um novo grupo adentrar ao poder em nome da salvação da pátria requerida, uma vez mais, nas mãos das Forças Armadas. Como observado em trechos da intimação:

‘A salvação publica, a integridade da Nação, o decoro do Brasil e até mesmo a gloria de V. Excia. Instam, urgem e imperiosamente comandam’ a V. Excia. Que entregue os destinos do BRASIL, no actual momento, , aos seus generaes de terra e mar’. (...) Tem V. Excia. O prazo de meia hora a contar do recebimento desta para communicar ao portador a sua resolução, e, sendo favorável, como toda a Nação livre o deseja e espera, deixará o poder com todas as honras e garantias

Uma deposição que praticamente não ofereceu resistência, sendo convencido pelo cardeal que estava no Palácio do Catete. Sua renúncia rendeu o mínimo de garantia, pois não saiu pela frente do Catete, mas pelos fundos, observando que seu caminho fora a uma prisão. As “honras e

garantias” não cumpridas decretariam o fim da 1ª República, ocorrida da mesma forma com a monarquia, de maneira “melancólica”. Segundo as autoras: “*O conflito entre dois segmentos teria evoluído para a revolução devido à cisão das oligarquias dominantes processada em torno da sucessão presidencial de 1929 e ao fato das classes médias terem encontrado expressão política no movimento tenentista*” (FERREIRA; PINTO, 2006, p.19). Entende-se que o movimento para derrubar a oligarquia deveu não tão somente a fatores econômicos, mas a incorporação do Exército e de nomes que participaram do movimento Tenentista, buscando colocar um fim na oligarquia cafeeira paulista e iniciar outro com a vinda de Getúlio Vargas que chegou no dia 31 de outubro às seis horas e vinte cinco minutos para assumir o mandato de presidente “provisório”, substituindo não Washington Luís, mas a junta provisória formada por chefes comandantes da Revolução. Seria a propagação do modelo do “autoritarismo-esclarecido” a comandar o país, dentro de uma perspectiva de tornar-se salvador da pátria e a Nação que estava em perigo outra vez.

E o fim de Washington Luís? Saiu pelas portas do fundo, acabou preso. Declararam, segundo relato dos jornais às 3 horas da tarde que Luís não era mais presidente, e que seria levado pacificamente à prisão. Em reportagem isolada, relatou que o agora “ex-presidente” tinha ilusão de contar com as Forças Armadas para combater as forças advindas de vários lugares no Brasil, mas, ficou sabendo pelos leais, que os quartéis haveriam aderido ao movimento, sendo convencido pela liderança religiosa do cardeal. Já Júlio Prestes, refugiou segundo o jornal “*Correio da manhã*” (26) para um lugar desconhecido, a Europa.

Enfim, este seria o fim mais do que melancólico da República do “Café com Leite” digerido pelos opositores (revolucionários) formando uma nova velha oligarquia. Jovens políticos – de idades – que insatisfeitos com o rumo da política, questionaram o resultado do pleito e explodiram o movimento com a morte de João Pessoa, tentando-o relacionar a morte com a eleição – depois comprovada que o assassinato nada tivera ligação com o evento eleitoral.

Portanto, as séries de fatores sejam internos e externos proporcionaram a “Revolução” dos grupos que se viam enquanto “salvadores da Pátria”. E a queda de Luís era mais do que previsível, quando ocorreu o questionamento do próprio processo eleitoral, conjuntamente com a crise propalada pelo baixo preço do café, solidificando as forças opositoras da Aliança Liberal juntamente com os oligarcas insatisfeitos, derrubando assim, com pleno apoio das facções militares e de alas tenentistas, o governo de W. Luís. Iniciava-se uma “nova” era nas articulações políticas, todavia, permeadas pelos velhos ideais políticos que antecederam o movimento.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a Primeira República tem seu fim marcado por fatores parecidos do que ocorreu na “transição” da monarquia para a República. Entretanto, o período ficou marcado e designado pelos próprios “revolucionários” que empreenderam conotações como “Primeira República”; “República Velha”; “República do Café com Leite”. Uma “Revolução” que fora realizada pelo alto e dentro de uma mudança mínima da ordem vigente.

A 1ª República que predominou de 1889 até 1930, apresentou alternância no poder entre civis e militares, mas, os militares, principalmente os mais conservadores sempre se colocaram em meio a convulsões sociais como os “Salvadores da Pátria”, e culpando os governantes civis pela fragilidade e crises que acarretaram as administrações dos mesmos.

Em algumas revoltas havia a perspectiva de conspirações das facções militares que estavam descontentes com os governantes civis. Ficando evidente, que o exército estava dividido em facções que apoiava os governantes civis.

As crises políticas e econômicas se colocaram como um dos elementos responsáveis para o fim da primeira fase da República, ocasionado pela íngreme dependência com a produção agroexportadora, o que ocasionou o descontentamento, sobretudo, das classes que não se sentiam privilegiados com o poder central. Ponto para ser analisado, porque, se observar os contextos das grandes transformações e “Revoluções”, um dos fatores fundamentais para a queda de um sistema econômico ou uma ordem governamental está associado à economia.

Ficou evidenciado que os governos militares permaneceram sempre nos bastidores da política brasileira; e quando houvesse qualquer convulsão social e econômica as forças militares articulavam discursos, que colocava a pátria em perigo e que restava as Forças Armadas agirem em favor da Nação pelo bem do Brasil.

Todavia, a perspectiva de conspiração só se fez eminente somente no início da década de 1930 com a “Revolução”. Antes surgiram outros eventos como o movimento Tenentista em 1922, com a conotação salvacionista. Um movimento heterogêneo e autoritário, emergindo a força conservadora – a direita – comandada por Juarez Távora e a esquerda liderada por Luís Carlos Prestes, tornando-se um personagem conhecido por outras agitações após a “Revolução”. O que torna um movimento paradoxal com ideias nacionalista e “Xenófoba”.

O domínio da oligarquia cafeeira garantiu o mandato de vários presidentes, por meio de estruturas eleitorais primados pelo próprio contexto até que houvesse um questionamento sobre a validade das eleições.

A deposição de Washington Luís fora um “purgatório”, porque fora o auge de todas as crises, a soma da questão econômica e o descontentamento político dos mineiros que não querendo apoio a uma nova eleição de um paulista, requereram uma nova conotação e configuração política. Os paulistas estiveram divididos e dependendo das regiões de zonas rurais versus o grupo formado pela AL que surgiu somente para as eleições, já que são partidos de cunho regionalistas.

A própria vitória de Prestes seria algo normal pelo sistema que ficou conhecido como “voto do cabresto” e outras denominações pitorescas. O próprio grupo da Aliança Liberal, no dia seguinte ao pleito questionou a vitória de Prestes com acusações de fraude eleitoral.

Desta maneira, a legitimação das eleições é jogada “pelo esgoto” e os movimentos de “paz” da nação, os “anjos da guarda da República”, começam a articular um impedimento da posse, iniciando por vários Estados que conspiram e avançam rumo ao Catete.

Percebe-se que todos os acontecimentos eleitorais, econômicos, sociais, viam a situação ganhar seu agravante com a chegada das forças conspiradoras que auto intitulam como a Junta Revolucionária, chegando ao Catete e obrigando a entregar a presidência, junto com toda uma estrutura dominada por São Paulo e o PRP.

Já Washington Luís teve como consolo, entregar-se as forças revolucionárias garantindo o pacifismo e a honra, com o prêmio de sair pelas portas do fundo do Catete. Ou seja, a Revolução marcou de maneira patética o fim da oligarquia paulista rural e o início de outra oligarquia que transformariam em um Golpe de Estado duradouro. A análise é uma questão a parte da História, merecendo um enfoque para o governo Getúlio Vargas. Enquanto, para Washington Luís restou o exílio.

Entende-se que a deposição de Washington Luís fora somente um ponto culminante para a substituição de grupos oligárquicos que esgotaram a possibilidade de permanência por fatores econômicos e propriamente político. Assinalando que, W. Luís deu um empurrão para o fim desta oligarquia requerendo uma continuação de São Paulo no poder, facilitando as forças mineiras, juntamente com os novos “velhos” oligarcas retomarem o poder pela via da força, sobrando ao ex-presidente contentar-se com o “purgatório da prisão e do exílio” com as graças “divina”.

### REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

*Correio da manhã*. **A Intimação ao Sr. Washington Luis**. Ano: XXX. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1930, nº 10995. p. 1

*Correio da manhã*. **O senhor Júlio Prestes tomou destino ignorado**. Ano: XXX. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1930, nº 10997. p. 1

COSTA, E. V. **Da monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

DAVALLE, Regina. **Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes eleitorais na República Velha**, 2003. Métis: História & Cultura, 2003, v. 2, nº 4. PP. 225-246. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1134>> acesso em 02 ago.

FAUSTO, B. **O Brasil republicano: Sociedades Instituições (1899-1930)**. 3. Ed., v.2, tomo III. São Paulo: DIFEL, 1985.

FERREIRA, M. M.; PINTO, S. C. S. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

GRINBERG, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LINHARES, M. Y. L. **História Geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernidade autoritária**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MENEZES, L. M. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

SANTUCCI, J. **Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1960)**. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

**PERIÓDICOS**: Disponível em: <memoria.bn.br> acesso em 15 nov. 2014<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Foram consultadas outras fontes que foram citadas indiretamente.